

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU PARA DEMONSTRAÇÃO E AVALIAÇÃO PELO EXECUTIVO MUNICIPAL DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSITO A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas no Plenário Vereador Marcílio Periotto da Câmara Municipal de Mandaguaçu, Estado do Paraná, atendendo Edital de Chamamento para a realização de audiência pública na qual o Poder Executivo Municipal demonstraria o cumprimento de suas metas fiscais do segundo quadrimestre do ano de dois mil e dezoito conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, assumiu os trabalhos a Comissão de Finanças e Orçamento, sob a presidência do Vereador Denilson Donizete Caleran e dos membros Raul Ferreira Coelho e Fabricio Cesar Martelozzi. Iniciando os trabalhos o Presidente convidou à Mesa, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Maurício Aparecido da Silva, a senhora Sonia Regina Oliveira de Souza, Diretora do Departamento de Fazenda e o senhor Marcos Antonio Rocco, saudou e agradeceu aos presentes. O Presidente passou a palavra ao Senhor Prefeito Municipal que cumprimentou a todos; falou sobre a importância da audiência, onde se avalia o comportamento das receitas e despesas do município, assim como destacou a importância do gestor financeiro, relatou que o fundo de participação dos municípios teve uma redução geral, o que ocasionou a queda das receitas durante o mês de setembro corrente e, conseqüentemente, ajustes são necessários para o equilíbrio financeiro do município, porém destacou os pontos positivos, principalmente o fato do índice gastos com pessoal, sobre a receita líquida do município, caiu para menos de quarenta e nove por cento, destacou também os gastos com o setor de saúde, bem acima do limite mínimo estabelecido. O Senhor Presidente passou a palavra ao senhor Marcos Rocco, Assessor da Prefeitura, que saudou a todos, cumprindo sua atribuição informou que faria a leitura do relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do primeiro quadrimestre de dois mil e dezoito; discorreu sobre os dados constantes do relatório, como as receitas onde no período em questão teve arrecadação de quarenta milhões, trezentos e oitenta e três mil, novecentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos; com relação as despesas, foram gastos trinta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e novo mil, quinhentos e dois reais e noventa e seis centavos, registrando um superávit orçamentário na ordem de quatro milhões, trezentos e vinte e um mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos, o resultado primário de janeiro a agosto de dois mil e dezoito, face a receita e despesa líquida apresentou um valor positivo de oito milhões, novecentos e quarenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e quarenta e quatro centavos. Consoante já relatado por Prefeito Municipal a despesa líquida com pessoal apresentou o índice de quarenta e oito vírgula setenta e nove por centos, portanto, abaixo do limite prudencial estabelecido pela lei de responsabilidades fiscais; comentou sobre os gastos com Saúde com índice de vinte e três vírgula sessenta e oito por cento, acima do índice mínimo legalmente exigido de quinze por cento, e com Educação com índice de vinte e um vírgula sessenta e três por cento, abaixo do índice mínimo legalmente exigido de vinte e cinco por cento, informou que sobre o percentual mínimo sessenta por cento do FUNDEB destinado a remuneração dos profissionais do magistério da educação básica o percentual

ficou em cinquenta e sete virgula catorze por cento, também abaixo do limite estabelecido, esclarecendo que o restante está devidamente depositado em conta bancária vinculada a educação, discorreu sobre o resultado nominal positivo, de dois milhões, noventa e oito mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos; discorreu sobre os saldos de restos a pagar; concluindo registrou superávit orçamentário, financeiro, com taxa positiva no resultado primário e nominal, sendo que os números apurados apontam para o comprimento das metas estabelecidas e manutenção do equilíbrio fiscal. O Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento disponibilizou espaço para indagações, o Vereador Raul Ferreira Coelho falou sobre a queda do fundo de participação do município, relatando sua preocupação pelo fato do município de Mandaguçu já ser prejudicado pelo número de habitantes, base para essas transferências correntes, não espelhar a realidade atual do município. O Vereador Denilson Donizete Caleran ressaltou os gastos com o setor de saúde, ficando sempre acima de mínimo estabelecido por lei, o que reflete o volume de investimentos nesse importante setor do município. O Vereador Manuel Monteiro falou da possibilidade de um detalhamento melhor das despesas por departamento, exemplificando o caso de despesas com a manutenção da frota de veículos de município, que poderia repassar essas informações também nas audiências públicas trimestrais. O Vereador Israel Marzola Serafini falou sobre o índice da folha de pagamentos e questionou a possibilidade de abertura de concurso público, ao que o Prefeito respondeu que a Administração Municipal pretende fazer um concurso, porém é necessário manter ou até mesmo abaixar esse índice, destacando também a importância da contratação de estagiários para oferecer aprendizado profissional, sendo que gasto com esses estagiários não é computado no referido índice, voltando a questão do concurso o Prefeito ainda ressaltou que espera poder contratar um número de servidores que seja proporcional ao crescimento populacional. O Vereador João Ramos Costa perguntou ao consultor contábil Marcos Rocco quanto está sendo utilizado da capacidade de endividamento que o município possui, ao que foi respondido que por lei os municípios podem contrair endividamentos até o limite de dezesseis por cento da receita corrente líquida, sendo que a capacidade de endividamento do município é de nove milhões, cento e oitenta e três de reais, sendo que estão em processo licitatório duas rubricas, uma de um milhão e duzentos mil reais para o asfaltamento do Jardim dos Ipês, e outra para serviços de recape asfáltico de vias centrais da cidade no montante de dois milhões de reais, o Vereador João falou sobre algumas formas de tentar forçar os municípios transferirem seus títulos eleitorais para Mandaguçu, para atenuar a situação do número de habitantes utilizado para repasses de recursos. Não havendo mais manifestações o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, Vereador Denilson Donizete Caleran, diante da demonstração realizada, considerou legalmente cumpridas as exigências da Lei Complementar número 101/2000 referentes ao segundo trimestre de dois mil e dezoito, e como não havia mais nada a tratar, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente audiência pública, determinando a lavratura da competente ata e o recolhimento da lista de presença.